

# Bancada do DF se arma <sup>Feições</sup> para as diretas em 88

A bancada do Distrito Federal deverá se reunir hoje, logo após o término da sessão da Constituinte, com os presidentes dos partidos políticos com representação na capital da República. Eles vão definir a estratégia a ser adotada por parlamentares e dirigentes partidários para garantir a aprovação de emenda garantindo a realização de eleições para governador e Assembléia Distrital. O encontro, marcado para o Salão Verde da Câmara, terá poucos minutos de duração.

Ontem pela manhã, o senador Meira Filho (PMDB) e os deputados Francisco Carneiro (PMDB), Marcia Kubitschek (PMDB) e Geraldo Campos (PMDB), assinaram documento em defesa da realização de eleições este ano. A sessão começou com atraso de 30 minutos em virtude da ausência de

Meira e Marcia. Compareceram à solenidade membros das direções de diversos partidos políticos, inclusive o presidente nacional do PSB, senador Jamil Haddad (RJ), que foi garantir o apoio de sua legenda à aprovação de dispositivo estabelecendo o pleito em Brasília este ano.

Carneiro chegou à reunião ainda indeciso se assinava ou não o documento. Porém, depois de receber diversos apelos no sentido de manter a unidade da bancada, o deputado acabou aceitando sufragar o documento. Foi colocado que ele acabaria sendo acusado de ter sido o único parlamentar da bancada brasileira de oito deputados e três senadores que não havia apoiado a proposta.

Hoje, às 10h, membros da Executiva regional do PMDB terão audiência

com o presidente nacional do partido, deputado Ulysses Guimarães (SP), para pedir apoio às diretas já, no DF. O grupo será liderado pelo presidente regional do PMDB, Joselito Correa, e repetirá solicitação idêntica feita a Ulysses esta semana, por dissidentes do diretório regional.

## JUSTIÇA

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) deverá julgar ainda hoje as impugnações das convenções zonais do PMDB no Plano Piloto e Núcleo Bandeirante, marcando nova data para a realização e permitindo o registro de chapas. A decisão deveria ter sido tomada pelo TRE em sessão na última quarta-feira. No entanto, como a pauta de trabalho estava muito cheia, os juizes acabaram por adiar o julgamento da questão.

20 MAI 1988

CORREIO BRAZILIENSE